

## DE DOSSIER A PROCESSO: a candidatura das Fortalezas Abaluartadas da Raia à Lista do Património Mundial

**Margarida Alçada**

*Experta em Património e Turismo*

Para serem incluídos na Lista do Património Mundial, os bens têm que possuir um Valor Universal Excepcional (VUE) e representar, pelo menos, um dos dez critérios de selecção definidos pelo Comité do Património Mundial da UNESCO.

Avaliarmos se um bem se enquadra nestes critérios pressupõe:

- a) Identificarmos a dimensão material e imaterial do património;
- b) Valorarmos o seu significado, não só a nível nacional mas, também, a nível mundial.

Sublinha-se a necessidade de existir um consenso acerca dos significados e valores do bem, uma vez que os objetivos da sua gestão deverão estar clara e compreensivelmente alinhados com a preservação e a transmissão desses valores.

O principal propósito de uma candidatura é explicar em que consiste um bem, por que demonstra um potencial Valor Universal Excepcional, quais os atributos que nos permitem perceber esse valor e como é que este será sustentado, protegido, conservado, gerido, monitorizado e transmitido às gerações futuras.

Trata-se de justificarmos de que modo estes valores foram apropriados pela comunidade e são passíveis de serem admirados, compreendidos e “consumidos” pelos visitantes, a nível mundial. Trata-se, pois, de um compromisso para um novo paradigma e do estabelecimento de uma agenda onde o património se coloca como a pedra angular de um processo de desenvolvimento sustentável.



O principal intuito da Convenção do Património Mundial Cultural e Natural, de 1972, era o de criar um instrumento internacional de cooperação capaz de assegurar a efectiva protecção dos bens patrimoniais reconhecidos como de um valor universal excepcional. A ênfase estava na responsabilidade colectiva da comunidade internacional para preservar este património para toda a Humanidade. Ao longo destes 40 anos da Convenção, constata-se que os Sítios do Património Mundial, são motores capazes de gerar emprego, de promover a atividade local, impulsionadores do turismo e geradores de receitas.

A partir desta perspectiva, o papel da Convenção não se reduz à conservação do património mas, simultaneamente, foca-se no desenvolvimento socioeconómico sustentável das comunidades que detêm os bens. Este foi, alias, o tema do 40º aniversário da Convenção do Património Mundial.

O desenvolvimento económico evoca, de imediato, o tema do turismo. O turismo é seguramente uma motivação importante para a procura de inscrição de um bem na Lista do Património Mundial e pode ser um motor importante para a conservação do património e para a dinamização da economia das regiões.

São inúmeros os exemplos que demonstram que a inscrição na Lista do Património Mundial aumentou, de modo significativo, o número de visitantes do sítio. Casos como a Cidade Episcopal de Albi, que sofreu um aumento de visitas de 111% à cidade mas, também, de 82% à região vinícola de Bordelais, ou o de Elvas com o significativo aumento de 600% no número de visitantes, são exemplos impressionantes.

A inscrição não é, contudo, um rótulo de benefícios automáticos, mas um árduo trabalho de compromisso de toda uma comunidade sobre o papel atribuído ao seu património. Se o rótulo é, por si, uma marca de atratividade, ele não é suficiente para criar um destino turístico.

Como capitalizar o certificado UNESCO num instrumento de desenvolvimento territorial? E como pode um património tornar-se um fator estruturante do desenvolvimento de um território?

Com efeito, a preparação do dossier de inscrição para a Lista do Património Mundial envolve uma reflexão profunda sobre o bem, a sua gestão, os parceiros, os diferentes públicos, a sua comunicação dirigida agora, não só para o visitante local mas, também, para o visitante internacional. Esta reflexão, requer a participação de um vasto e multidisciplinar leque de parceiros de âmbito local, nacional e internacional.

Como envolver as partes interessadas da sociedade civil (económica, cultural, política, associativa, etc.)? A participação de todos exige a visão compartilhada de uma estratégia coletiva, que tem que ser traduzida em ações individuais. Essas parcerias, ganhando gradualmente consistência, permitem que as partes interessadas definam objectivos comuns e construam agendas de acções concertadas.

Chegamos à questão da governança.

A governança leva-nos a abordar a gestão numa perspetiva holística (gestão dos bens, dos fluxos de visita, da sinalética, do estacionamento, facilidades para os visitantes, locais de acolhimento, horários, visitas guiadas, plano de comunicação, etc.)

A candidatura assume-se, então, como o catalisador, uma bandeira unificadora que permite que as comunidades se reúnam, para trabalhar em conjunto um bem comum.

O turismo sustentável baseia-se no desenvolvimento de experiências de visita de qualidade que não danifiquem os valores patrimoniais do território, mas que os convertam num recurso de atractividade para o presente e para o futuro.

*“O património é um conceito amplo que inclui o natural, bem como o ambiente cultural. Abrange paisagens, edifícios históricos, sítios e áreas construídas, bem como a biodiversidade, coleções, as práticas culturais do passado e os saberes que se mantêm vivos.”* O património materializa e exprime os longos processos de desenvolvimento histórico, formando a essência das diversas identidades locais, regionais e nacionais. É um ponto de referência dinâmico e um instrumento positivo para o crescimento. O património específico e a memória coletiva de cada lugar ou comunidade é insubstituível e um alicerce importante para o desenvolvimento presente e futuro. (INTERNATIONAL CULTURAL TOURISM CHARTER, Managing Tourism at Places of Heritage Significance, 1999, ICOMOS)

Neste conceito mais amplo, o património é, para a Humanidade, um activo social, cultural e económico, definido por uma estratificação histórica de valores produzidos por culturas sucessivas numa acumulação de tradições e experiências que deixaram marcas em atributos. Estes atributos devem ser claramente identificados pois são o foco das acções de preservação, conservação e gestão, a curto e a longo prazo.

Esta abordagem assenta, numa leitura de larga dimensão, num novo paradigma:

- de monumentos e sítios arqueológicos para cidades vivas e paisagens culturais;
- de restauro para qualificação urbana e gestão dos processos de mudança;
- de processo monodisciplinar para processo integrativo e participativo;
- de preservação de edifícios para salvaguarda dos seus valores materiais e imateriais.

O património material, construído, é de fácil identificação e a sua preservação assenta na aplicação clara de uma legislação adequada. O seu valor, enquanto activo económico, é facilmente quantificável.

Numa das mais abrangentes análises do valor patrimonial na Europa, investigadores da Universidade de Amesterdão analisaram o impacto da localização de um imóvel numa área patrimonial, relativamente ao valor económico da propriedade:

- valor adicional pago por monumentos: 26,9%;
- valor adicional pago para imobiliário num raio de 165 pés de um monumento: 0,28%;
- valor adicional pago para localização dentro de um distrito patrimonial: 26,4%

(THE ECONOMICS OF UNIQUENESS, World Bank, 2012)

Os valores imateriais do património, os que lhe conferem alma, são, contudo, de mais difícil identificação, preservação e valoração.

Podemos desconstruir o valor cultural de um edifício ou de um sítio em diferentes componentes:

- **Valor estético:** se o monumento (ou sítio) possui beleza intrínseca, incluindo a sua relação com a paisagem em que está situado;
- **Valor simbólico:** se o monumento (ou sítio) possui significado que contribui para a identidade da comunidade e para afirmar a sua personalidade cultural;
- **Valor espiritual:** se o monumento (ou sítio) propicia um sentido de conexão entre o local e o global e proporciona uma sensação de admiração, prazer, reconhecimento religioso ou conexão com o transcendente;

- **Valor social:** se o monumento (ou sítio) contribui para a estabilidade social e a coesão da comunidade. O valor social existe quando o monumento (ou sítio) interage com o modo de viver da comunidade, contribuindo para fazer do sítio um lugar desejável para viver e trabalhar;
- **Valor histórico:** é recebido do passado, é intrínseco ao monumento (ou sítio) e, de todos os componentes de valor cultural, é provavelmente o mais facilmente identificável em termos objetivos. O valor histórico é auxiliar na definição da identidade do sítio e da região, fornece uma conexão com o passado e revela as origens do presente;
- **Valor de autenticidade:** o monumento (ou sítio) pode ser avaliado na sua fábrica, na sua integridade, na medida em que é real e não é falso. É o valor de autenticidade que confere ao monumento ou sítio o seu carácter único;
- **Valor científico:** se o monumento (ou sítio) é importante pelo seu conteúdo científico como uma fonte ou objeto de estudo e de conhecimento.

(THE ECONOMICS OF UNIQUENESS, World Bank, 2012)

O valor de um recurso cultural não é, em primeiro lugar, dependente das quantidades absolutas destes diferentes componentes, mas da capacidade de identificação e interpretação dos atributos ou características que representam esses valores e lhe conferem singularidade.

Uma das mais importantes ações da salvaguarda do património cultural consiste na identificação e mapeamento dos recursos patrimoniais da cidade e da região, na sua dimensão total -material e imaterial – e, na avaliação do modo como os seus valores e respectivos atributos podem ser evidenciados, potenciados e convertidos em valor económico.

A preservação da dimensão imaterial do património carece, igualmente, de mapeamento dos atributos materiais que a representam, dos pontos onde ela é perceptível: tradições culturais vivas, saberes-fazer, artesanato.

A interpretação destes valores e seus significados é, também, imprescindível para que possamos criar laços entre o património a comunidade e, criar experiências de qualidade para os visitantes, baseadas em produtos e serviços turísticos sustentáveis que permitam uma melhor compreensão e fruição do património e promovam a sua conservação.

Ao desenvolvermos um programa de interpretação para um sítio, teremos que ter em conta:

- como facilitar a participação das diferentes partes interessadas;
- como desenvolver mensagens dos sítios dirigidas a diferentes tipos de públicos, nacionais e estrangeiros;
- o que poderá constituir uma atracção cultural;
- que tipo de experiências cada sítio poderá oferecer aos visitantes.

Os aspectos específicos do património, natural ou cultural, têm diferentes níveis de significado, alguns com valor universal, outros de importância nacional, regional ou local. Os programas de interpretação devem apresentar o significado de uma forma acessível e relevante para a comunidade de acolhimento mas, também, para os diferentes tipos de visitantes e de diferentes proveniências.

A interpretação é a arte de explicar o incomum ou o novo em linguagem e imagens acessíveis à comunidade e aos visitantes, de forma claramente perceptível, transmitindo o seu significado no contexto local, nacional e internacional.

*“Os objetivos da interpretação são [portanto] provocar, estimular o intelecto e reforçar a experiência. A interpretação deve gerar interesse, desenvolver uma compreensão mais profunda do sítio e suscitar preocupação e apoio para a conservação do Valor Universal Excepcional do bem”.* (Programa de Guias de Património Cultural, 2007)

Acreditamos que os significados são a componente essencial que os sítios do património podem oferecer, e que os significados que a comunidade e as partes interessadas detêm sobre o seu sítio são o elemento mais relevante para as prender a esse local e para as motivar a contribuir para a sua conservação e valorização, isto é, para a apropriação do seu património.

O objetivo da elaboração de um quadro interpretativo é criar um conjunto consensual de significados, coerentes, motivadores, reveladores dos valores do sítio e da região e suficientemente abrangentes para incorporar um vasto número de atrações e constituir a base das atividades e produtos turísticos locais.

O desenvolvimento de um quadro interpretativo do sítio ajuda a compreender o modo como a sua história afeta a história da região e, eventualmente, do país ou do mundo. É no âmbito deste desenvolvimento que poderemos avaliar a dimensão regional, nacional ou universal de determinado bem patrimonial, isto é, o seu eventual Valor Universal Excepcional.

O desenvolvimento de competências para “traduzir” os valores patrimoniais do sítio e melhorar a qualidade dos materiais informativos, adequando-os a diferentes tipos de visitantes, destaca-se como um ponto fundamental na salvaguarda e comunicação do património. (Margarida Alçada, Katri Lisitzin, Kerstin Manz, *Tourism and World Heritage: selected management approaches and experiences from World Heritage Sites of Portuguese Origin and Influence*, Turismo de Portugal/UNESCO World Heritage Centre, 2013).

A qualidade de um destino cultural e a sua sustentabilidade futura residem no investimento no desenvolvimento destas competências e não, apenas, na dimensão dos recursos patrimoniais que detém.

O conceito de Valor Universal Excepcional, subjacente à inclusão de um bem na Lista do Património Mundial, é a pedra angular de todos os bens inscritos. O Valor Universal Excepcional reflecte uma importância cultural e/ou natural que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo carácter inestimável para as gerações actuais e futuras de toda a Humanidade.

O principal propósito de uma candidatura é, pois, explicar em que consiste um bem, por que demonstra um potencial Valor Universal Excepcional e como é que esse valor será sustentado, protegido, conservado, gerido, monitorizado e transmitido. Todas as políticas, objetivos e ações devem dar prioridade e ter em consideração os valores que justificaram a inscrição de um bem na Lista do Património Mundial. (Margarida Alçada, Katri Lisitzin, Kerstin Manz, *Tourism and World Heritage: selected management approaches and experiences from World Heritage Sites of Portuguese Origin and Influence*, Turismo de Portugal/UNESCO World Heritage Centre, 2013)

A defesa da excepcionalidade de um bem tem, pois, a montante, um árduo caminho, um processo partilhado de estudo, de conservação e de gestão sustentável.

Para a implementação de um processo de conservação e gestão sustentável do património, a longo prazo, é essencial um alinhamento dos contributos do conjunto alargado de actores, a fim de garantir que aqueles que promovem a conservação do património coincidem, na maior medida possível, com aqueles que pagam as intervenções e com aqueles que, directa ou indirectamente, beneficiam da sua conservação. Quanto mais amplo for o leque dos participantes envolvidos nas decisões, mais forte será o apoio social para o esforço da conservação. (Eduardo Rojas, *The Economics of Uniqueness*, World Bank, 2012)

A conservação do património é um processo de investimento que gera um fluxo de impactos macroeconómicos ao longo do tempo. Parcas iniciativas pri-

vadas ou públicas, de conservação ou valorização do património, geram um fraco impacto macroeconómico em termos de rendimento ou emprego. A conservação mantém ou melhora a condição física do património, mas também, a sua atractividade, cria novos negócios, melhora a qualidade de vida local e fornece benefícios para muitas partes interessadas — turistas e, especialmente, moradores.

Um núcleo histórico perde valor, quando as actividades do património são geridas por não-residentes, quando os bens e serviços são importados, quando os trabalhos de conservação são entregues a trabalhadores não-locais, quando as taxas de admissão não beneficiam o orçamento da cidade. O património deve ser visto como um activo para as comunidades, que pode trazer benefícios às pessoas. Envolver e capacitar as comunidades no seu uso e protecção é fortalecer a sua capacidade de participar, de forma significativa, no processo de salvaguarda e na tomada das decisões de gestão.

Os valores tangíveis são estimados pelo mercado; os intangíveis são estimados pelo interesse da comunidade e dos visitantes em contribuir para a sua preservação. Este interesse traduz-se em indicadores e expressa-se no número de visitantes, que representa a atractividade do sítio.

É na qualificação desta atractividade que temos que trabalhar ao desenvolvermos um processo de candidatura à Lista do Património Mundial.

Não se trata de apresentarmos uma lista de valores que os especialistas elencam como sendo de Valor Universal Excepcional. Trata-se, antes, de justificarmos de que modo esses valores foram apropriados pela comunidade e são passíveis de serem admirados, comunicados, compreendidos e “consumidos” pelos visitantes, a nível mundial. Trata-se, pois, de um compromisso para um novo paradigma e do estabelecimento de uma agenda onde o património se coloca como a pedra angular de um processo de desenvolvimento sustentável.

Com esta candidatura das Fortalezas Abaluartadas da Raia a Património Mundial, uma candidatura de bens em série inicialmente representada por Valença, Almeida, Marvão e Elvas, mudámos de escala - da escala monumental para uma escala territorial. O desafio reside na sua governança, na capacidade de implementarmos uma gestão coerente e concertada, partilhada por um conjunto de atores que abarca (quase) todo o território.

Até agora, estes quatro Sítios, e os outros que se venham a juntar a esta candidatura, viviam em competição e nunca tinham trabalhado em conjunto o seu património comum.



O repto actual reside em percebermos como estes Sítios de memória poderão trabalhar em conjunto, compreender melhor as características desta herança comum e como interpretar e valorizar a sua própria especificidade como parte integrante de um todo único.

O Bem que nos propomos classificar pertence a todos nós, mas irá pertencer à Humanidade. Temos que ter presente a noção desta responsabilidade.